



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS
HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

ÉRICA NEVES DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO GARANTIA DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO
CENTRO EDUCACIONAL GESNER TEIXEIRA, GAMA-DF, ENTRE
2014 E 2015**

Brasília, outubro de 2015.

ÉRICA NEVES DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO GARANTIA DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO
CENTRO EDUCACIONAL GESNER TEIXEIRA, GAMA-DF, ENTRE
2014 E 2015**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos no Contexto da
Diversidade Cultural

Orientação da Professora Dr^a. Maria Helenice Barroso

Brasília, outubro de 2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Comissão Examinadora:

Profa. Dr^a Maria Helenice Barroso
SEEDF/UnB – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Renata Jesus Costa
UnB – Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido Vanderson

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu saúde e sabedoria para aproveitar esta oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Em seguida agradeço toda a minha família que me incentivou no decorrer dos estudos, especialmente ao meu marido que em plena lua de mel me ajudou a iniciar as atividades e me ajudou a prosseguir nos estudos. A meu pai, minha mãe e meus irmãos também deixo aqui o meu profundo agradecimento pelo apoio ao longo destes dois anos de estudos.

Agradeço também a todos os profissionais envolvidos neste curso da Universidade de Brasília, professora Telma Regina, Débora Dutra e Professora Maria Helenice, muito obrigada pela atenção e pelo apoio neste estudo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo ampliar a discussão acerca dos Direitos Humanos dentro da escola de Educação Integral. A escola escolhida foi o Centro Educacional Gesner Teixeira, localizado na cidade do Gama, no bairro DVO (Departamento de Viação e Obras), que atende alunos do Distrito Federal e do entorno. Foi possível analisar a rotina diária da escola que atende cerca de mil alunos e somente cinquenta participam do projeto da Educação Integral. A partir de tal análise ficou constatado que a comunidade não participa das atividades escolares e alguns direitos básicos das crianças e dos adolescentes não são atendidos. Depois de detectada a problemática, foi aplicado um questionário com perguntas subjetivas para os professores e com base nas dificuldades locais apresentadas foi proposta uma atividade de intervenção a fim de se ampliar o debate em torno dos Direitos Humanos no ambiente escolar. A proposta de intervenção buscou ampliar o estudo coletivo dos Direitos Humanos dentro da escola. Os pais e toda a comunidade escolar está envolvida nesta intervenção. Fica a proposta de reunir professores e pais para a análise e reflexão de temas aos quais eles lidam diariamente na rotina escolar junto às crianças e adolescentes. Em síntese este trabalho contribui para a disseminação de uma educação em e para os Direitos Humanos na Educação Integral, buscar apoio da comunidade e lutar por políticas que favoreçam a qualidade na educação.

Palavras-chave: Educação Integral – Direitos Humanos - Crianças e Adolescentes

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
Capítulo II - METODOLOGIA	22
Capítulo III - RESULTADOS E DISCUSSÃO DA INTERVENÇÃO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
APÊNDICE.....	37
A – Questionário	
ANEXOS.....	41
A – Aceite Institucional	
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sexo.....	26
Gráfico 2 - Faixa de Idade.....	27
Gráfico 3 - Último curso que concluiu.....	27
Gráfico 4 – Tempo que leciona.....	28
Gráfico 5 – Situação trabalhista.....	28
Gráfico 6 – Cargo.....	29

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe a reflexão e análise quanto aos direitos da criança e do adolescente dentro da Educação Integral do Distrito Federal. Analisar a proposta e significado da Educação Integral com o intuito de traçar estratégias para garantir os Direitos básicos dos alunos são pontos substanciais da presente pesquisa.

Este trabalho é fruto do curso de especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Ao longo do curso foram discutidos vários temas relacionados aos Direitos Humanos, e aquele que mais se aproximou da minha vivência foi a questão dos Direitos da Criança e do Adolescente presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Relacionar o tema do curso com a realidade de sala de aula foi muito significativo, pois o aluno dentro da escola, seja ele criança ou adolescente, precisa ser percebido como sujeito de direitos.

A opção pela abordagem desta temática se deu devido a minha prática de sala de aula. Inicie minha carreira em 2013 e trabalhei com o ensino regular, especificamente com o 4º ano do Ensino Fundamental I no CAIC do Gama. No ano seguinte ainda trabalhando na mesma escola tive o desafio de participar da implementação do projeto piloto da Educação Integral proposta pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Junto com toda a equipe escolar enfrentamos muitas mudanças e dificuldades no cotidiano de sala de aula. Percebi que o aumento do tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar poderia favorecer um melhor desenvolvimento ao educando, desde que respeitado seus direitos básicos como sujeito ativo do processo educativo.

O Título/Objeto de Pesquisa foi delimitado em “A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015”. Neste período mudei para esta escola que fica localizada no DVO (Departamento de Viação e Obras), que pertence ao Gama.

Foi nesta instituição que decidi aproveitar minha experiência de sala de aula para discutir o tema da Educação Integral e relacioná-lo ao que estudei no curso de Direitos Humanos. Na instituição escolar em que foi feita a pesquisa há problemas como: salas superlotadas; violência física e moral entre os alunos; falta de respeito da comunidade em relação aos professores e servidores; pouca participação da comunidade no cotidiano escolar de seus

filhos; espaços destinados às atividades diversificadas e aos projetos tornaram-se salas de aula (como laboratório de ciências, sala de artes, sala de vídeo e sala de reforço); depredação do patrimônio; quadras de esporte sem manutenção e sem cobertura; falta de espaço para as crianças desenvolverem atividades recreativas e lúdicas; falta de material desportivo para as aulas práticas de Educação Física; falta de pessoal especializado para desenvolver projetos na sala de leitura; falta de espaço coberto para eventos de grande porte; falta de manutenção do elevador para acesso dos alunos portadores de necessidades educativas especiais às salas de aula localizadas no primeiro andar do prédio; falta de segurança pública na escola; falta de investimentos para realização de projetos educativos e culturais; ausência de acesso à internet banda larga para viabilização de pesquisas e projetos; ausência de monitores para acompanhamento de alunos com necessidade educativa especial.

Diante desse leque de dificuldades elencadas faz-se necessária a pesquisa e amplo debate junto aos professores da rede pública para a implementação de uma educação em e para os Direitos das crianças e dos adolescentes, bem como intervenções de políticas públicas que fortaleçam o que está previsto no ECA, de acordo com a realidade enfrentada pela escola.

Refletindo acerca de tais questões surge a problemática de “Como a educação integral pode garantir os direitos de crianças e adolescentes nos anos iniciais do ensino fundamental?”

Para responder a essa e outras inquietações que se colocaram no decorrer da pesquisa faz-se necessária a investigação de fatores como: o conceito da educação integral, a relação entre os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e a superação de práticas sociais de violação de direitos humanos dentro da escola.

Refletir sobre a qualidade da educação integral é avaliar as políticas propostas e compará-las à realidade vivida nas escolas. A proposta para a Educação Integral deve respeitar os direitos básicos do ser humano e propiciar ao aluno o desenvolvimento de sua cidadania. O que é proposto no papel e o que, de fato, se concretiza na vida das crianças no contexto da escola integral?

As Diretrizes para a Educação Integral do Distrito Federal têm como título “EDUCAÇÃO INTEGRAL: AMPLIANDO TEMPOS, ESPAÇOS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS”. De acordo com este documento o projeto de educação integral visa o desenvolvimento integral do aluno, bem como sua capacitação para a cidadania, pois acredita que o desenvolvimento vai além do nível intelectual, abrange as áreas de competência emocional, física, psicomotora, social e cultural. Assim é possível que o indivíduo exerça sua cidadania com condições mínimas para cumprir seus deveres e lutar por seus direitos (Portaria

nº1 de 27 de novembro de 2009/ SEDF/ Educação Integral). Em síntese, a perspectiva que a educação integral adota é a de “uma educação capaz de preparar os jovens para o exercício da cidadania por meio de uma formação que contemple aspectos éticos e democráticos” (ARAÚJO; KLEIN, 2006, p. 119).

Desse modo, uma educação *em* e *para* os direitos humanos deve constituir-se no norte para o projeto da educação integral, pois a garantia os direitos mínimos de acesso à educação e a cultura em horário ampliado é ponto fundamental dessa proposta. Assegurar às crianças e adolescentes uma alimentação adequada, materiais pedagógicos, estrutura física e profissionais capacitados, são requisitos básicos para a concretização do projeto de Educação Integral, tão necessário à sociedade.

A responsabilização de todos os agentes envolvidos no projeto da educação integral bem como a ampliação da gestão democrática favorece a divisão de competências e a cooperação entre os agentes. Propor uma educação integral em todos os aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sociais valorizam a capacidade de desenvolvimento do ser humano, entretanto, se não houver a fundamentação e o apoio necessário, seja ele material, pedagógico ou pessoal, apenas se ampliará a distância entre o real e o ideal.

Indo de encontro a essa necessidade foi proposto um projeto interventivo na prática da escola de acordo com a problemática apresentada. Inicialmente foi discutido o conceito e toda a base legal que norteiam proposta da educação integral. Em segundo plano foi realizada uma análise da realidade a fim de que se colocasse em prática uma ação interventiva mediada pelo professor em sala de aula.

O objetivo geral deste estudo é ampliar o debate em torno da Educação Integral como prática educativa capaz de garantir os Direitos das crianças e dos adolescentes. Os objetivos específicos são: **a)** construir uma proposta político-pedagógicas com a comunidade escolar para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes na prática da Educação Integral; **b)** refletir acerca da violação dos direitos humanos e cidadania âmbito da Educação Integral; **c)** propor e debater junto à comunidade escolar, práticas de ensino-aprendizagem que propiciem o desenvolvimento de um sujeito cidadão.

Para fundamentar este estudo recorri aos trabalhos de estudiosos em direitos humanos tais como Sousa Júnior; Soares e Pulino; Chagas e Pedroza; ¹, bem como alguns trabalhos dos

¹ Tais trabalhos encontram-se nos módulos de estudo 8, 10 e 12 do curso de Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade cultural.

teóricos Magendzo, Cavalieri e documentos produzidos pelos órgãos públicos brasileiros responsáveis pela educação e pela proteção das crianças e adolescentes.

Como um dos resultados da pesquisa-intervenção apresento aqui esta monografia que foi dividida nas seguintes partes: Introdução, três capítulos e as considerações finais.

O capítulo I trata da fundamentação teórica e está subdividido em subitens: a) Educação Integral e a realidade escolar - relembra o momento em que a educação brasileira passou por grandes mudanças, neste período surgiram teóricos como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro que revolucionaram o papel da escola naquela época; b) Os Direitos Humanos e o desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes; este subitem se baseou nos reflexões propostas por Magendzo que discute o conceito da Educação em Direitos Humanos e relaciona o papel da escola na construção da cidadania; c) Educação em e para os Direitos Humanos dentro do Projeto da Educação Integral, baseia-se nas autoras Chagas e Pedrosa. A análise do Estatuto da Criança e do Adolescente também fundamentou esta etapa do estudo.

O capítulo II trata da metodologia de pesquisa que foi de cunho qualitativo, baseou-se no conceito qualitativo do autor Pedro Demo. O autor estabelece que a qualidade é uma característica peculiar do ser humano e através dela a educação promove o desenvolvimento da sociedade.

O capítulo III é onde são apresentados os resultados da pesquisa-intervenção e análise dos dados à luz da fundamentação teórica. E, por último, trago as considerações finais de todo o percurso da pesquisa, bem como ressaltar possíveis propostas que poderão surgir a partir deste estudo.

- CAPÍTULO I -

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 – Educação Integral e a realidade escolar

No cenário atual da educação brasileira pode-se perceber que novas práticas pedagógicas fazem-se necessárias. As escolas encontram dificuldades quanto a uma maior participação da família na vida escolar do aluno, bem como o apoio e envolvimento da comunidade para a valorização da escola. Quanto às políticas públicas, também estão distantes de atender a realidade escolar.

A Educação Integral vem ao encontro dessas e das demais dificuldades escolares, ampliar o tempo do aluno no ambiente escolar, propor atividades extracurriculares que favoreçam o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social do aluno para que o mesmo esteja preparado para tornar-se cidadão. Favorecer o desenvolvimento de cidadãos participativos que lutem por seus direitos e exerçam com dignidade seu papel político e social no mundo é a base da Educação Integral que na escola deseja que o aluno vivencie tudo isso de forma mais completa e satisfatória possível. (BRASIL, 2009)

A proposta de uma educação integral não é tão recente no Brasil, na década de 30, o movimento Integralista defendeu a Educação Integral agregando ideais de Plínio Salgado, bem como de militantes do Integralismo. Enquanto para os integralistas a educação partia de bases político-conservadoras, para os anarquistas a educação pressupunha uma política emancipadora. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, lançado por Fernando de Azevedo e assinado por mais de 26 intelectuais, dentre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles, constatou a desorganização do sistema escolar e propôs um plano geral de educação e defendia uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Este documento faz a seguinte indagação:

Por que a escola havia de permanecer entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCACAO NOVA, 1932, p.3).

Um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, Anísio Teixeira, propôs a implementação de um sistema público para todo o país, segundo o qual a escola deveria oferecer às crianças um programa completo que abarcasse todas as áreas de conhecimentos acrescentando Educação Física, música, dança, saúde e alimentação. Anísio Teixeira colocou essa concepção em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, Bahia, em 1950 (BRASIL, 2009, p.16). Nesta escola as atividades escolares, entendidas historicamente como obrigatórias, eram desenvolvidas nas Escolas-Classe, no horário contrário eram realizadas as atividades diversificadas e esportivas, espaço este que ficou conhecido como Escola-Parque².

Diante do grande êxito dessa proposta de educação integral implementada em Salvador, na década de 60 Anísio Teixeira, na presidência do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), foi convocado pelo presidente JK para coordenar a comissão que criaria o Plano Humano de Brasília. Juntamente com Darcy Ribeiro e outros estudiosos da educação, propuseram então um modelo de Sistema Educacional para a nova capital que criou a Universidade de Brasília e o Plano para a Educação Básica do Distrito Federal (BRASIL, 2009). Este sistema que instituiu as Escolas-Parque em Brasília, futuramente viria a ser modelo para todo o Brasil.

A Educação Integral visa a formação completa para o ser humano, apesar das várias formas em que a Educação Integral se apresenta, não há variação de princípios, sua essência é a mesma quanto às atividades educativas. O diálogo das autoridades educacionais em torno da diversidade de concepções acerca da Educação Integral surge como possibilidade para oportunizar a concretização deste ideal educativo.

² Projeto de Escola-Parque foi implantado por Anísio Teixeira em Salvador (BA), quando ocupava a Secretaria de Educação do Estado (1947-1951) no governo de Otávio Mangabeira. A Escola-Parque fazia parte de um ambicioso projeto de reformulação do ensino da Bahia, que previa a construção de centros populares de educação em todo o estado para crianças até 18 anos. O objetivo era fornecer à criança uma educação integral, cuidando da sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. A única escola concluída foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, inaugurado em 1950 no bairro popular da Liberdade, na capital baiana, que ficaria conhecido como Escola Parque. Essa obra projetou-o internacionalmente. Destinado ao nível primário, o centro educacional era composto de quatro "escolas-classe" e uma "escola parque", segundo a proposta de alternar atividades intelectuais com atividades práticas como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia. Segundo informações da Fundação Joaquim Nabuco, Anísio envolveu-se também na concepção do projeto arquitetônico, entregue a Diógenes Rebouças, preocupando-se com a integração da escola ao desenvolvimento urbano da área em que está situada. Em seu interior, a escola ostenta pinturas murais de importantes artistas baianos, como Mário Cravo e Jenner Augusto, além de Carybé, constituindo um exemplo de integração entre arquitetura e arte nos moldes da moderna arquitetura da época. O projeto da Escola Parque inspirou Darcy Ribeiro quando Secretário da Educação no Rio de Janeiro, na década de 80, a criar os CIEPS (MENEZES, 2002).

A permanência do aluno por um período de tempo mais longo não fica à margem do ensino obrigatório, neste tempo fica previsto que o educando desenvolva no ambiente escolar novas habilidades que perpassem por todas as áreas do conhecimento. Atividades das mais variadas áreas a fim de que o aluno compartilhe seu saber, enriquecendo todos os envolvidos neste modelo de educação.

A escola sozinha não consegue concretizar esse ideal de desenvolvimento com os alunos, faz-se necessário o envolvimento da comunidade, dos pais, educadores, governo, ONG's e diversos setores da sociedade. A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola já é um momento de aprendizagem e envolvimento dos agentes educativos, todos os participantes têm o direito de opinar e sugerir ideias e mudanças. Acredito que com a colaboração da comunidade escolar é possível propor metas que atendam a real necessidade escolar.

A convivência entre educador, a comunidade e as famílias proporciona maior articulação durante o processo educativo, constantemente ambos os agentes estarão em diálogo, assim se torna mais efetiva a troca de opiniões acerca do andamento dos projetos. É esse envolvimento coletivo e o debate crítico-reflexivo em torno das práticas pedagógicas que poderão tornar a Educação Integral significativa para o estudante.

Entendemos Educação Integral dentro de uma concepção crítico-emancipadora em educação. Na prática, ela eclode como um amplo conjunto de atividades diversificadas que, integrando o e integradas ao currículo escolar, possibilitam uma formação mais completa ao ser humano. Nesse sentido, essas atividades constituem-se por práticas que incluem os conhecimentos gerais; a cultura; as artes; a saúde; os esportes e o trabalho. Contudo, para que se complete essa formação de modo crítico-emancipador, é necessário que essas práticas sejam trabalhadas em uma perspectiva político-filosófica igualmente crítica e emancipadora (HORA; COELHO, 2004, p. 9).

Incluir junto ao conteúdo atividades e/ou projetos que envolvam cultura, esporte, questões relativas ao meio ambiente, saúde, entre tantos outros, é uma das bases da Educação Integral. Acredita-se que ao ampliar e oportunizar o acesso a uma educação de qualidade é possível estimular o desenvolvimento de cidadãos com uma visão maior de mundo, que respeitem a diversidade e que se tornem sujeitos partícipes em todas as esferas da sociedade.

Diante da realidade enfrentada pelas escolas surgem dificuldades frente a estrutura e funcionamento para que a Educação Integral se efetive. Questões como alimentação, apoio de material didático, participação da comunidade escolar e capacitação de profissionais tornam-

se de extrema necessidade para a concretização do que é proposto pelos projetos educacionais. A proposta de Educação em e para os Direitos Humanos vêm de encontro com as práticas escolares afim de garantir condições mínimas para a construção de indivíduos capazes de exercerem a sua cidadania. Esta proposta educativa baseia-se em leis e em movimentos de lutas para assegurar o direito aos Direitos Humanos, assegurar a diversidade cultural e a cidadania para o estudante, transformando-o em sujeito de direitos.

Um grande marco para a Educação em Direitos Humanos na América Latina foi a proposta de difundir os ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), a qual estabeleceu o direito à educação, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e por suas liberdades fundamentais (MAGENDZO, 2006).

1.2 – Os Direitos Humanos e o desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes

O curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos nos proporcionou a ampliação do conceito da Educação em Direitos Humanos. A partir das reflexões suscitadas no curso percebo que toda e qualquer proposta de educação voltada para a Educação em e para os Direitos Humanos deve ser, como assegura Magendzo, uma

(...) prática educativa que se funda no reconhecimento, na defesa, respeito e promoção dos direitos humanos e que tem por objeto desenvolver nos indivíduos e povos suas máximas capacidades como sujeitos de direitos e oferecer-lhes as ferramentas e elementos para fazê-los efetivos. Se trata de uma formação que reconhece as dimensões históricas, políticas e sociais da educação e que se baseia em valores, princípios, mecanismos e instituições relativos aos direitos humanos em sua integralidade e em sua relação de interdependência e indivisibilidade com a democracia, o desenvolvimento e a paz (MAGENDZO, 2006, p. 23).

Esta é uma definição ampla da Educação em Direitos Humanos que considera todo indivíduo capaz de se desenvolver por completo dentro de sua realidade. O autor reconhece as várias influências que a educação sofre de acordo com a sociedade em que a mesma se desenvolve. Aspectos econômicos, sociais e políticos influenciaram todo o processo histórico da educação, sejam eles positivos ou não.

Ao dizer que os direitos humanos está interligado e mantém uma relação de dependência com a democracia, o autor afirma que uma real democracia requer uma

sociedade em que os direitos dos indivíduos sejam respeitados, e que os indivíduos tenham consciência da necessidade da luta pela defesa dos mesmos.

Magendzo então apresenta os elementos que compõem este processo educativo:

1.prática voltada para a promoção e defesa dos direitos humanos; 2. os educandos (indivíduos e povos) são sujeitos de direitos; 3. processo de formação voltado para as diferentes dimensões da educação; 4.conteúdo programático inclui princípios, valores, mecanismos e instituições específicas; 5. reconhece uma vinculação direta entre os direitos humanos, a democracia, a paz e o desenvolvimento (Texto base do Módulo 8, seção III).

Ao pontuar esses elementos o autor sinaliza que a comunidade escolar e toda a sociedade deve estar permeada pela defesa e valorização dos direitos humanos. Visto que o processo educativo deve se voltar para as mais variadas dimensões da educação, como a dimensão cultural, social e política que os alunos aprendem dentro e fora da escola. O convívio familiar e social possibilita que o aluno leve para a sala de aula todos os saberes construídos em diferentes espaço de convívio social.

Este direcionamento feito pelo autor serviu de iniciativa para países latino-americanos e foi implementado de maneira bem-sucedida, contando com a atuação do poder público e da sociedade civil que se mostraram capazes de colocar em prática ações e projetos contínuos, visto que a cultura dos Direitos Humanos requer empenho e compromisso de todas as esferas sociais.

Magendzo (2006, p. 24-25) esclarece que a Educação em Direitos Humanos se baseia em uma educação de valores como a tolerância, o respeito à diversidade e a não discriminação, a dignidade humana, a justiça, a solidariedade e o pluralismo. Essa lógica deve permear a formação de uma sociedade capaz de proporcionar a convivência pacífica, solidária e educativa entre seus membros. Ressalta ainda a importância de formar uma sociedade democrática onde o princípio básico seja a dignidade humana, colocando em destaque a formação de um cidadão que participe das decisões sociais, políticas, civis e culturais da sociedade.

Atingindo esta meta será possível dar fim a todo o processo de marginalização e exclusão presentes na sociedade. Portanto, a Educação em Direitos Humanos deve propiciar um desenvolvimento justo com bases democráticas de uma cultura sustentada pelos Direitos Humanos. Propor autonomia requer oferecer condições para que o próprio indivíduo reaja ao que lhe é imposto, se indigne e refaça seu papel no mundo.

Magendzo (2006, p.32-34) ainda esclarece pontos cruciais da Educação em Direitos Humanos:

1. o conhecimento dos corpos normativos e das instituições vinculadas à proteção dos direitos, de modo a potencializar as ações voltadas para a promoção e defesa dos seus direitos e os dos outros; 2. a politização da linguagem, no sentido de negar práticas que deponham contra sua dignidade e recusar demandas arbitrárias, aceitando fazer e cumprir promessas e exigindo que os outros também cumpram as suas, demonstrando confiança, sinceridade e respeito pela palavra dada; 3. ação sobre o mundo, fundando seus juízos em uma postura crítica e flexível, desenvolvendo a autoestima, a autoafirmação e o compromisso com o bem comum; 4. a reivindicação do ideal da igualdade, reconhecendo a diversidade e valorizando a solidariedade; e finalmente, 5. ser vigilante dos outros, tornando a aprendizagem da memória histórica “um acontecimento ético existencial, um ato de abertura em direção à história dos ‘Outros’ em suas penas e sofrimentos” (MAGENDZO, 2006, p.34).

Esses pontos são responsáveis pela sustentação da educação em Direitos Humanos, pois considera a importância do outro neste processo de desenvolvimento. Reconhecer no outro o potencial que você mesmo torna possível valorizar os momentos de convivência social, seja ele no ambiente escolar ou não. Quando o indivíduo olha somente para si e deixa que seus objetivos perpassem a rotina sem que outros agentes colaborem para seu crescimento é notável que o ambiente se torne mais competitivo e desconfortável em vários momentos.

Ao ressaltar o ideal de igualdade com base no reconhecimento das diversidades o autor propõe que ao exigirmos nossos direitos deve-se observar se o mesmo não estará ferindo o direito do outro, que na sua diferença deve ser respeitado. Para isso se destaca a importância de valores que deveriam ser diariamente exercidos, como a solidariedade, que não faz distinção entre os seres, pressupondo que exista um clima de colaboração entre ambos.

Assim, o autor reforça a ideia de que a Educação em Direitos Humanos se caracteriza na acolhida do outro, levando em consideração que os valores e as responsabilidades levam a uma boa convivência em função do bem de todos.

Este ideal vem de encontro com a proposta de Educação Integral, pois a mesma pretende desenvolver o ser humano em sua totalidade com o auxílio de todos os agentes educativos, extrapolando os muros que cercam as escolas e tornando a sociedade espaço de aprendizagem e integração do indivíduo. Os Direitos Humanos vêm para garantir o direito à educação, quando a mesma é ofertada em regime Integral cabe garantir meios para que o ensino se mantenha com qualidade para todos.

Portanto, ações conjuntas da sociedade civil, poder público, comunidade e escola devem convergir para que a educação Integral aconteça de fato e atenda a necessidade local.

Atingindo o âmbito local é possível expandir cada vez mais as propostas educativas mediante interesse e participação de todos os envolvidos.

1.3 – Educação em e para os Direitos Humanos dentro do Projeto da Educação Integral

O ser humano não vive isolado do mundo, bem como a sala de aula não está isolada da sociedade. São ambientes que se complementam e se refazem diariamente com a presença do ser humano. Ao longo do curso ficou clara a importância da intervenção escolar na vida do indivíduo, a socialização, portanto se inicia no seio familiar e avança para o ambiente escolar, vai além da construção de significados socialmente difundidos e possibilita que o aluno interaja com o mundo (CHAGAS E PEDROZA, 2015).

A socialização tem papel fundamental na consolidação de relações democráticas nos mais diversos ambientes, neste processo cada sujeito é único e valorizado em sua singularidade. A partir daí surge uma comunidade que se conhece, que interage e também entra em conflitos em vários momentos por motivos variados. Com o diálogo e com a negociação diária é que as decisões são tomadas, assim se constrói o ambiente escolar com a participação de todos (CHAGAS E PEDROZA, 2015).

Os Direitos Humanos mais do que nunca estão presentes neste processo, pois o mesmo se orienta pela ação humana a favor da libertação do indivíduo, e se modifica de acordo com o tempo histórico. Ao longo do processo histórico os Direitos Humanos se constrói e se desconstrói, é reconhecido e renegado, violado e protegido, assim os direitos humanos são ressignificados a cada ação humana (CHAGAS E PEDROZA, 2015).

O fundamento dos direitos humanos está ligado a um plano social, condicionada às ações políticas e culturais em que vivem os indivíduos. Segundo os autores Escrivão Filho e Sousa Junior, 2014

De acordo com a assertiva clássica de Hegel, quando salienta que a condição humana não é uma decorrência necessária de sua origem biológica, mas é um processo que se constitui na História. Segundo ele, não se nasce homem (ou mulher, podemos atualizar), mas torna-se homem, como resultado de nossa ação humanizadora. Ou, em atualização paradigmática, dizer-se com Simone de Beauvoir que “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014, pp. 35-54).

O tornar-se, descrito pelos autores, faz referência ao que o ser humano é capaz de aprender em sociedade, com a colaboração de outras pessoas. Desde o nosso nascimento somos dependentes de nossos pais para atividades básicas de sobrevivência como,

alimentação, cuidados pessoais com higiene e auxílio nos momentos de doenças. Assim é possível estabelecer que as influências do meio em que se vivem auxiliam o desenvolvimento de cada um, seja ela cognitiva, social ou afetiva.

Contudo, essa influência não define como o indivíduo será em sua totalidade, são aspectos que o mesmo levará em consideração ao tomar atitudes cotidianas, e a somatória de todas as decisões, tomadas ou não, pelo indivíduo demonstrarão que o mesmo torna-se um ser único e capaz de contribuir com sua singularidade para a convivência social.

Na perspectiva de uma educação integral torna-se pertinente que os fundamentos dos direitos humanos sejam estudados a partir de uma reflexão libertadora e emancipadora, buscando a compreensão da convivência humana comunitária, questionando quais são os limites entre o natural e o social.

Ao se investigar na atualidade sobre o cenário dos direitos humanos nas mais variadas regiões do país, ou até mesmo em proporções globais, possivelmente não se encontram condições iguais de direitos efetivados, ou mesmo uma validade universal diante aos sistemas políticos e jurídicos, econômicos, sociais e culturais tão diferentes. Os autores Escrivão Filho e Sousa Junior (2014) constataram que

De modo contrário, o que se verifica é o que Boaventura de Sousa Santos (2013-A) identifica como verdadeira tensão entre o universal e o fundacional, onde universal é aquilo que quer se afirmar como válido independentemente dos contextos, em todos os tempos e lugares, ao passo em que o fundacional, pelo contrário, representa uma identidade específica que possui memória, história e raízes (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014, pp. 35-54).

No decorrer da história esses dois pontos se fundem e passam a se afirmar como universal em determinadas culturas, pois diante de ações dominantes de cunho político é travado um processo de autoafirmação, visto que a imposição gera um processo ideológico de superioridade existencial, política, cultural, técnica, espiritual e até mesmo técnica que deve ser transmitida e incorporada por outras comunidades cujas diferenças sejam consideradas inferiores (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014).

Na educação Integral a busca pelo desenvolvimento integral do aluno é constante e ganha bases fundacionais, pois leva em consideração todo o contexto em que o aluno está inserido. Então, de acordo com o contexto real de cada um, os direitos humanos se ressignificam conforme a importância que ganham no ambiente social de determinada cultura.

No Brasil o Estatuto da criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de julho de 1990, visa garantir direitos universais às crianças, em seu capítulo IV ressalta-se o artigo 53º que assim segue

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 2015).

O que está estabelecido em lei gera direitos e deveres à sociedade, pois protege a criança e compromete a família para que o processo da Educação Integral leve a criança ou o adolescente ao exercício da cidadania e o qualifique para o trabalho. Esta lei reforça os direitos humanos especiais sobre as crianças e torna legítima a importância da participação das famílias nas definições das propostas educacionais.

A Educação Integral ganha força com a participação ativa da comunidade a qual a escola pertence. Os projetos de inserção da família na vida escolar dos educandos dão novo significado à aprendizagem. Espera-se que a escola seja um ambiente de aprendizagem mútua e que proporcione um bom desenvolvimento cognitivo, social, emocional, cultural e político de seus participantes.

- CAPÍTULO II -

METODOLOGIA

2.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois se baseou no relato das dificuldades presentes na realidade escolar dos profissionais do Centro Educacional Gesner Teixeira na cidade do Gama-DF, portanto torna-se necessária a discussão sobre o conceito e o objetivo da pesquisa qualitativa.

Quando se fala em pesquisa qualitativa muitas vezes se assume a dimensão de que esta não apresente nenhum traço ou aspecto de quantidade, contudo é possível perceber que ela vai além da quantidade pois avalia as condições e aspectos em que determinada amostra (quantidade) está condicionada. Ainda é possível notar que a qualidade se tornou um padrão aceitável socialmente na atualidade, após a proliferação de padrões como a qualidade total.

Demo (1998), considera ser complexa a definição adequada de qualidade, pois seus aspectos ligados à realidade são essenciais e imprecisos. Os aspectos e valores dos dois tipos de pesquisa, qualitativa e quantitativa, são válidos e uma não anula a outra, pois ambas são essenciais para o desenvolvimento de novas pesquisas, nas mais variadas áreas do saber. Para a pesquisa qualitativa constatar algo material nunca será tudo, por mais que seja possível prová-lo através de inúmeros experimentos, sempre será possível questionar sua aplicabilidade em determinado momento.

O autor ainda afirma que o fenômeno qualitativo é histórico e existe também em um contexto material, temporal e espacial. Bem como se um fenômeno histórico quantitativo envolver o ser humano, o mesmo trará aspectos qualitativos. Ambas as pesquisas concorrem dentro de um mesmo estudo, contudo é possível que uma insatisfaça os objetivos e a outra possa superar as expectativas iniciais (DEMO, 1998).

A princípio vale ressaltar o significado da palavra qualidade: em latim, *qualitas* significa a essência. Portanto, pressupõem-se que a qualidade seja a parte essencial de uma coisa, de algo que seja importante e determinante. Ao analisar mais profundamente de uma visão filosófica é perceptível que a qualidade designa a parte principal das coisas e dos seres, algo que não se perde com o tempo, é algo marcadamente definitivo (DEMO, 1998).

Em segundo plano, Demo, (1998), reafirma que qualidade aponta para algo historicamente possível, quando se trata do ser humano ou da história, visto que

Tratando-se de história, não há perfeição, já que não tem história o que é perfeito. Condição para ser histórico é ser perfectível. Neste sentido, quando falamos de perfeição, assinalamos basicamente o esforço histórico para realizar uma história sempre mais perfeita, desejável, solidária, participativa, etc. Neste sentido, qualidade é sobretudo participação, se aceitarmos que a história participativa seja aquela que mais próximo chega da sociedade desejável, talvez pudéssemos até aventar que participação poderia ser sinônimo de qualidade (DEMO, 1998, p.93).

Por ser uma característica humana, a qualidade é substancial na área da educação, contando que a educação seja um caminho único para a competência histórica. Ter oportunidade, e mais ainda ser oportunidade é substancial para que o ser humano construa sua competência na existência humana, traduzida no papel de ser sujeito ativo da sociedade (DEMO, 1998).

O que favorece maiores horizontes de oportunidade é o acesso à educação, desde que o mesmo seja emancipatório. Como consequência desta análise é possível dizer que na busca pela qualidade em qualquer instituição educativa é necessário que se trabalhe com os seres humanos envolvidos no processo, para que os mesmos alcancem autonomia e sejam autores de sua própria história (DEMO, 1998).

A busca constante pelo conhecimento foi marcada ao longo da história da humanidade pela corrida do saber. A escola foi construída como um espaço de oportunidades e de aprendizagens, pois envolve vários agentes num mesmo processo e cada um ganha ao partilhar o que sabe com os demais.

A mediação da aprendizagem atualmente ganhou força com as concepções de aprendizagem construtivista e histórico-cultural, pois ambas colaboram com a intervenção pedagógica intencional a partir de experiências vivenciadas no presente possibilitando a construção coletiva e consciente do conhecimento.

A pesquisa científica é, portanto, um processo cíclico que parte do interesse do pesquisador em aprofundar determinado assunto, se apropria de um determinado método e avalia o objeto de estudo.

Nesta pesquisa foi possível refletir acerca dos objetivos e avançar quanto às reais necessidades da realidade escolar, ficou perceptível que as informações anteriormente adquiridas foram agregadas ao novo conhecimento construído com o auxílio dos entrevistados. A fundamentação teórica do curso foi a base para a ampliação das discussões

no ambiente de pesquisa e foi possível coletar com êxito pontos de vistas sobre aspectos importantes para o estudo.

Inicialmente foi feita uma análise do ambiente escolar, onde constatei a estrutura escolar, a quantidade de alunos atendidos pelo projeto, a quantidade de pessoas envolvidas, bem como os horários estipulados para o desenvolvimento das atividades, fiz anotações e conversei informalmente com alguns funcionários. Em seguida elaborei um questionário que continham aspectos a serem discutidos sob o ponto de vista do entrevistado sobre a educação Integral e os Direitos Humanos.

Este projeto se insere em um contexto de educação integral que está sendo implantado o Distrito Federal em escolas públicas. A pesquisa de campo foi realizada com a participação de professores e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental. O instrumento de pesquisa foi um questionário e a análise do ambiente escolar, o questionário possuía 10 perguntas dissertativas acerca do assunto. Foram necessários recursos materiais como folha A4 branca e computador para a elaboração e impressão do mesmo e um caderno para as anotações da visita à instituição.

2.2 Contexto da Pesquisa

O Centro Educacional Gesner Teixeira (CEDGT) é localizado na Vila DVO, no Gama. Este bairro faz divisa com a Região Administrativa de Santa Maria – DF e o entorno sul do Distrito Federal, próximo ao Novo Gama. A escola foi construída em 1961, com uma estrutura de madeira e possuía apenas uma sala de aula. A princípio, atendia apenas os moradores da Vila, que eram os trabalhadores da construção de Brasília e seus filhos.

A escola atende atualmente do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental no diurno e EJA (1º, 2º e 3º segmentos) noturno. Os segmentos de 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano se revezam entre os turnos matutino e vespertino bienalmente para contemplar um anseio da comunidade escolar.

A escola tem atualmente cerca de 1500 alunos matriculados distribuídos nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. Os alunos provêm, na sua maioria, de Municípios do Goiás. Como muitos alunos são oriundos de diferentes realidades educativas (currículo de outros estados), outro fator relevante é a constante readaptação do conteúdo e sistema de avaliação para que os alunos não sofram prejuízos pedagógicos. A maioria dos nossos alunos convive com a violência e o uso de drogas, o que muitas vezes reflete dentro do espaço escolar.

A escola possui a Educação Integral contemplando apenas 100 alunos por não ter espaço disponível para o atendimento, as atividades são desenvolvidas em uma sala de reforço, um laboratório de informática, uma cozinha experimental e em uma quadra esportiva.

2.3 Participantes

A pesquisa foi de cunho qualitativo, com vistas a avaliação da realidade escolar, a partir da visão dos professores do ensino fundamental I, de uma monitora e de um professor que atua na sala de recursos, foi possível traçar ações interventivas a fim de solucionar a problemática estudada. A escolha por aplicar o questionário aos professores foi determinada pela dificuldade que os demais envolvidos têm em se envolver diretamente com a Educação Integral. Os professores e monitores lidam na prática com o projeto da Educação Integral e colaboraram com êxito para a conclusão da pesquisa.

2.4 Instrumentos e Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais: caderno; computador; folha branca A4; impressora. E os seguintes instrumentos: diário de campo e questionários.

2.5 Procedimentos de Construção de Dados

Escolhi o Centro Educacional Gesner Teixeira por ser a instituição em que presto serviço como professora temporária. Escolhi dois professores do 5º ano para me auxiliarem na pesquisa, bem como alguns professores do BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), do 4º ano, um professor readaptado que trabalha na sala de recursos e uma monitora. Como trabalho no mesmo ambiente em que os entrevistados, conversei com os mesmos diariamente e em uma conversa informal perguntei se poderia contar com a colaboração deles para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso através do preenchimento de um questionário, com êxito consegui que todos colaborassem respondendo a pesquisa.

O questionário foi elaborado contendo seis perguntas objetivas de múltipla escolha para traçar o perfil do entrevistado e nove questões subjetivas a respeito do tema de pesquisa. Quanto ao perfil do entrevistado foi necessário fornecer o sexo, a faixa de idade, o último

curso concluído, a quanto tempo leciona, a situação trabalhista e o cargo que ocupa dentro da instituição trabalhista.

Cada uma das questões subjetivas se relaciona com o tema do trabalho e deixam margem para que o entrevistado opine sobre a situação que vive em sala de aula, e propõe também que o mesmo cite possíveis investimentos para suprir as necessidades reais.

Entreguei o questionário para cada um dos meus colegas de trabalho e primeiramente eles preencheram as descrições do perfil profissional, sem a identificação nominal, os questionários foram preenchidos aos poucos. A segunda parte foi composta por perguntas subjetivas que faziam referencia a Educação Integral e aos Direitos Humanos no ambiente escolar. Ao longo de dois dias consegui recolher todos os questionários respondidos.

Seguem abaixo o perfil dos entrevistados devidamente separados por tópicos que correspondem a cada uma das perguntas do questionário.

Gráfico 1

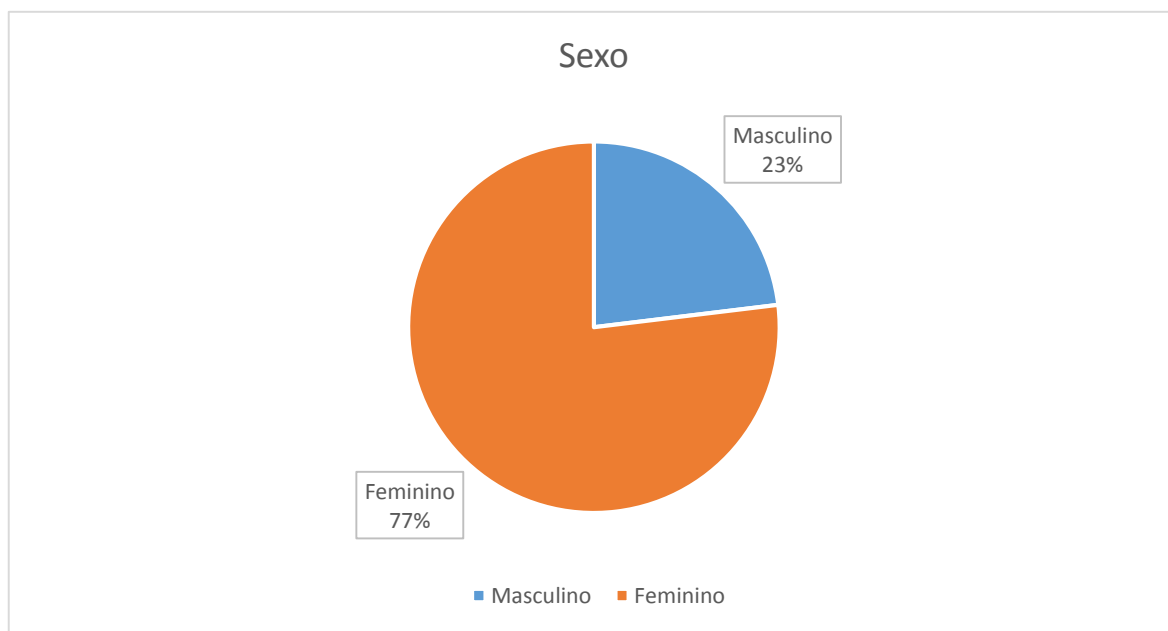


Figura 1 Sexo do entrevistado

Gráfico 2

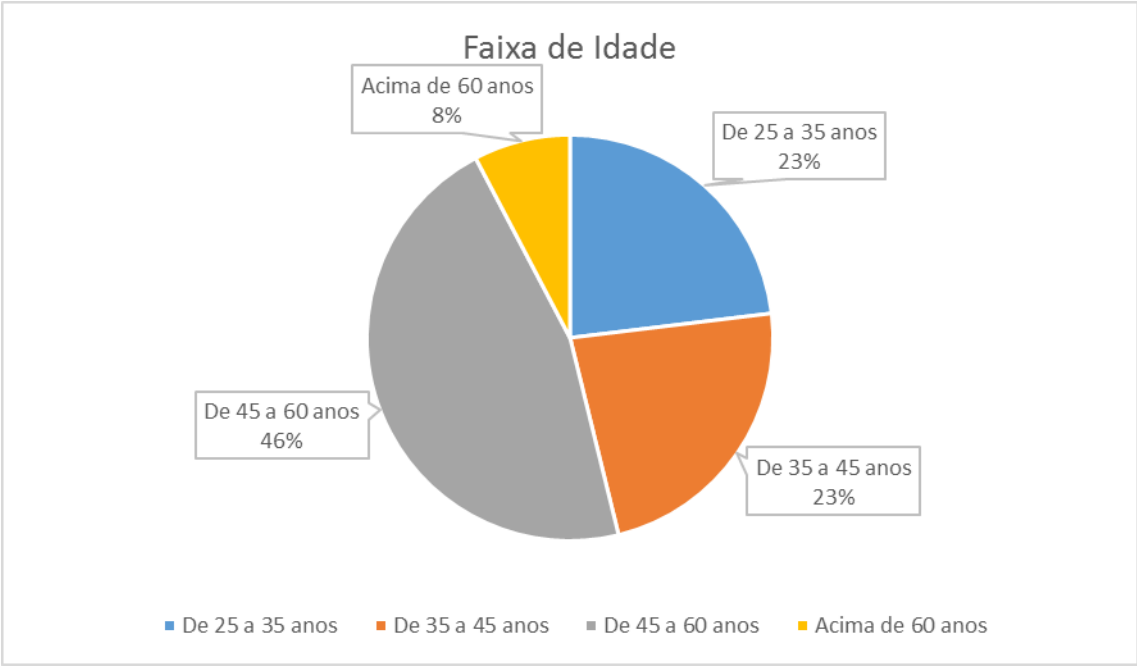


Figura 2 Faixa de idade dos entrevistados

Gráfico 3

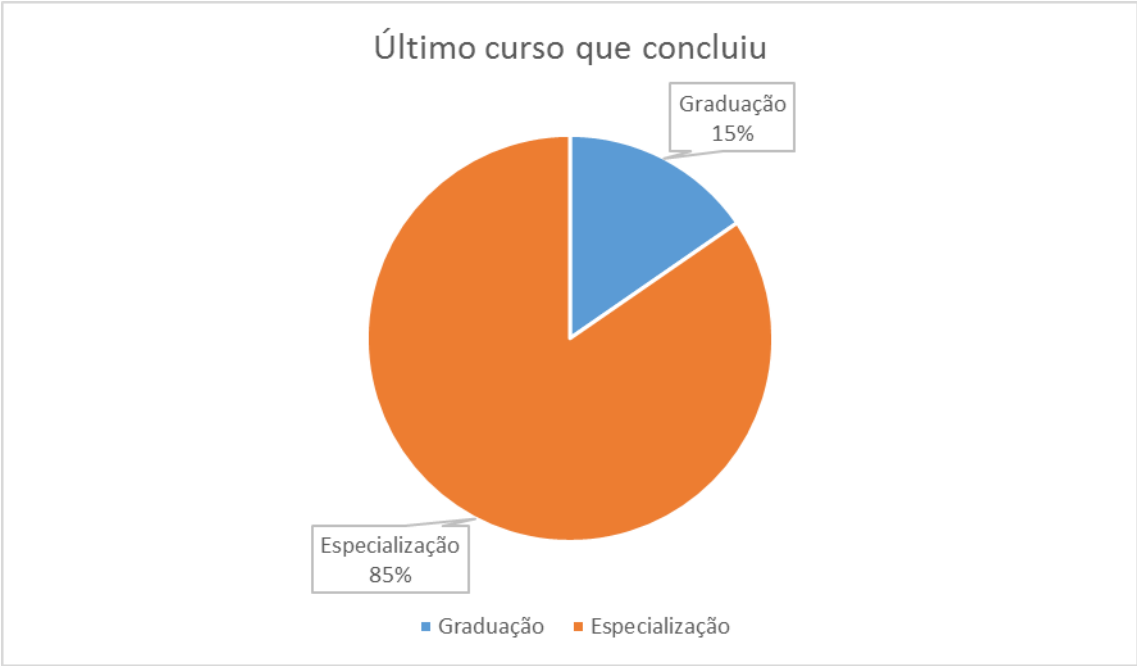


Figura 3 Último curso que os entrevistados concluíram

Gráfico 4

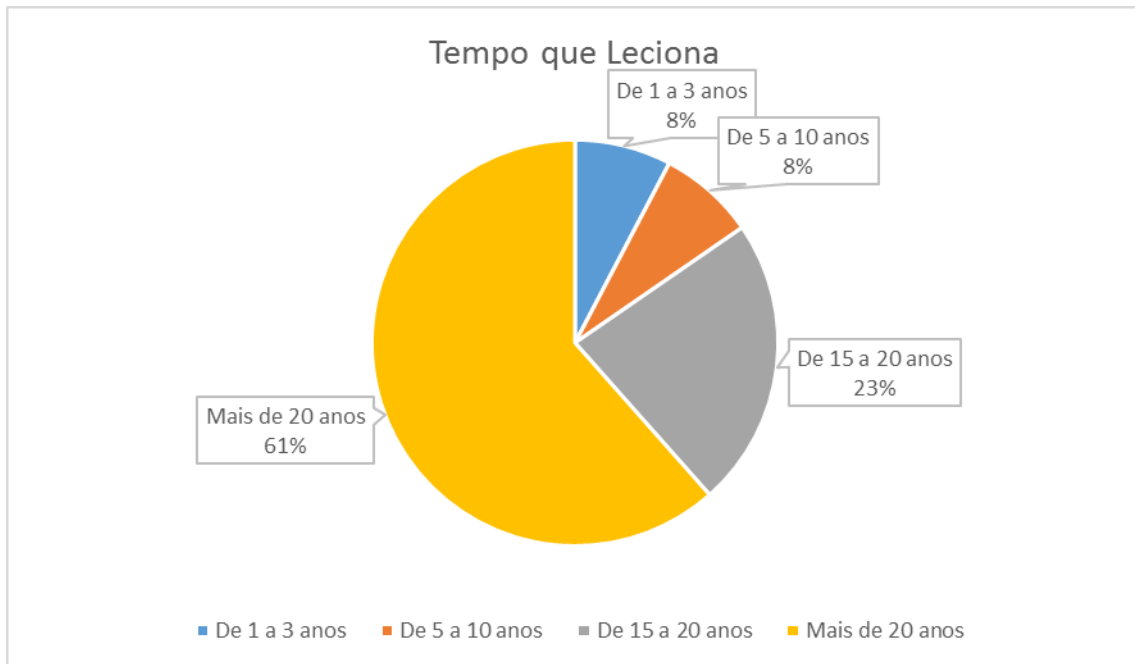


Figura 4 Há quanto tempo o entrevistado leciona

Gráfico 5

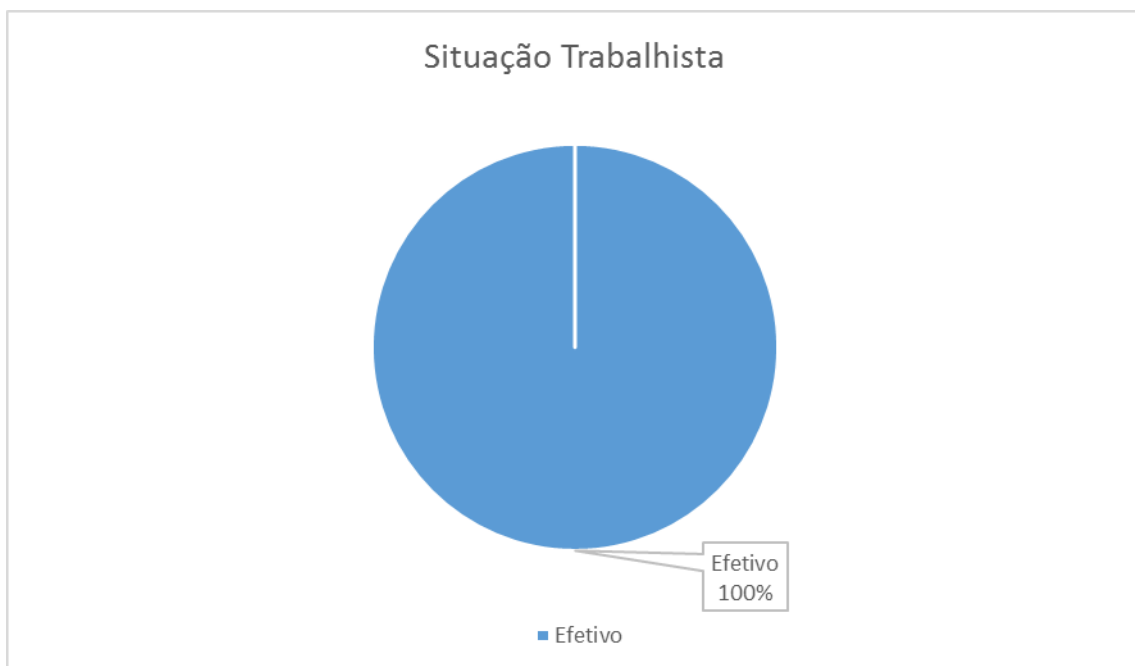


Figura 5 Situação trabalhista do entrevistado

Gráfico 6

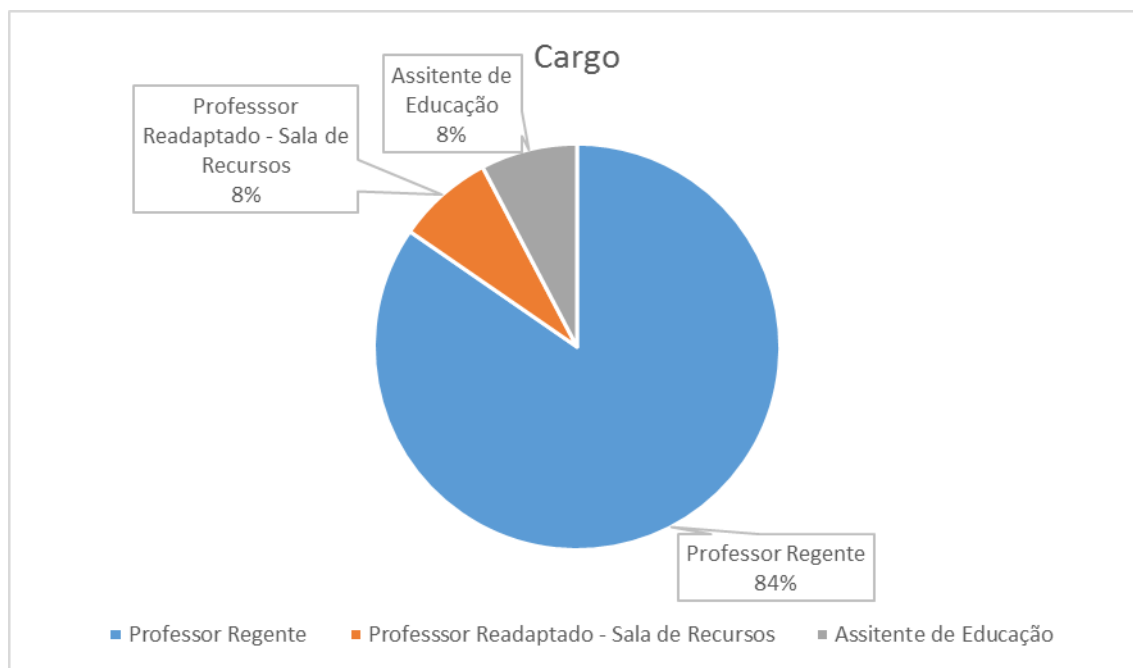


Figura 6 Cargo que o entrevistado ocupa

2.6 Procedimentos de Análise de Dados

As respostas dos sujeitos da pesquisa, apresentadas nos questionários foram organizadas em temáticas, sob a forma de itens. Depois de realizada essa tematização busquei estabelecer um diálogo com a fundamentação teórica apresentada no capítulo I e com as minhas observações efetuadas no transcurso da pesquisa de campo.

- CAPÍTULO III -

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO INTERVENTIVA

Quanto ao conceito de Educação Integral os participantes descreveram, em sua maioria, que a Educação Integral visa desenvolver o aluno em todos os aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor, para que o mesmo possa exercer a sua cidadania. Tal compreensão coaduna com os autores Hora e Coelho(2004), quando estes afirmam que a educação Integral visa o desenvolvimento completo do educando através de um conjunto de atividades diversificadas integradas ao currículo escolar. Na minha concepção esta visão está bem definida e vai de encontro com o que necessitamos em sala de aula, auxiliar os alunos a desenvolverem várias habilidades que serão pré-requisito para o exercício da cidadania.

Em contrapartida a tal ideal, os professores quando questionados acerca da existência de falhas na estrutura, de apoio material e pedagógico para o funcionamento da Educação Integral os participantes responderam em sua totalidade que a falta de espaço físico, estruturas inadequadas, falta de laboratórios, biblioteca, computadores, sala de artes, material pedagógico e quadra de esportes são as principais dificuldades enfrentadas na escola. Esta constatação entra em desacordo com a perspectiva proposta por Magendzo, pois o mesmo ressalta a importância do apoio estrutural e material para atender aos direitos básicos humanos dentro da escola. Acredito que o apoio material e estrutural são componentes básicos para se estabelecer um projeto que vise ampliar as oportunidades de crianças e de adolescentes nas mais variadas situações em que se encontram, assim, tornar real o ideal de uma educação de qualidade.

Ideal este que, de acordo com os entrevistados, está distante do ambiente escolar, pois quanto ao envolvimento da comunidade escolar e dos pais dos alunos no Projeto da Educação Integral todos os entrevistados afirmaram que são poucos os pais que se envolvem com o que é proposto pela escola, e que quando questionados sobre a ausência dos mesmos sempre justificam o comprometimento com o trabalho e a falta de tempo para participar das atividades escolares dos filhos. Esta análise entra em debate frente ao artigo 53º do Estatuto

da Criança e do Adolescente que em seu parágrafo único estabelece que *“É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”*. Portanto, percebo que a família não pode se isentar de sua corresponsabilidade nas atividades escolares, o conselho escolar junto aos pais e a comunidade podem e devem mobilizar-se para garantir os direitos necessários de seus filhos.

Ainda sobre as dificuldades encontradas no ambiente escolar, ficou constatado que quanto à existência de uma equipe exclusiva para atender os alunos que participam da Educação Integral a maioria dos entrevistados respondeu que não existe uma equipe exclusiva, os que disseram que existe justificaram que a equipe se resume a um funcionário desviado da atividade da coordenação para responder as atividades da Educação Integral. Esta situação se remete ao inciso I do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente que versa *“I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”*, quando o apoio de profissionais no ambiente escolar fica deficiente compromete o bom funcionamento da educação.

Nesta mesma perspectiva, foi possível constatar que a respeito da existência de material básico para o funcionamento da Educação Integral a maioria dos entrevistados respondeu que não existe material básico disponível na escola e o que existem não atende a real necessidade, apenas um entrevistado respondeu que existe material básico. Essa situação remete aos direitos humanos, pois fere direitos básicos e comprometem a qualidade da educação. Acredito que o apoio material seja ferramenta substancial para a trabalho diário de sala de aula, um exemplo disso é o processo de alfabetização que se dá através do contato material com o conhecimento que depois será assimilado pelo aluno.

Estas e outras atividades pedagógicas ficam prejudicadas, quando questionados sobre o nível de capacitação dos profissionais envolvidos na Educação Integral grande parte dos entrevistados respondeu que os profissionais não estão capacitados para atuar neste âmbito e que se faz urgente a capacitação desses profissionais. Seguindo o conceito de qualidade abordado pelo autor Demo (1998), que ressalta que a qualidade poderia ser, em uma sociedade desejável, sinônimo de participação. A participação no projeto da educação integral pressupõe uma capacitação para tal atividade, acredito que momentos de formação sejam importantes para uma melhor participação, e conseqüentemente ganhos na qualidade do ensino.

A confiança em assumir essa participação também esteve presente na pesquisa de campo, ao serem questionados quanto a confiança na proposta da Educação Integral da sua escola os entrevistados responderam em sua maioria não acreditar na proposta como ela está

acontecendo na escola. Esse posicionamento dos entrevistados baseou-se nos fatores discutidos anteriormente e reforça a necessidade de melhores investimentos na educação.

Ao final da pesquisa os entrevistados responderam quais seriam os pontos que necessitam de melhora para que a Educação Integral seja eficaz, em síntese a grande maioria respondeu que mudanças nas políticas e programas educacionais do país é um dos pontos a ser modificado, bem como envolver pessoas capacitadas na equipe, prover recursos compatíveis com a real necessidade e investir em estrutura física e no apoio de material pedagógico são fatores substanciais para a eficácia do projeto de Educação Integral. Todos esses anseios dos profissionais da educação que participaram da entrevista unem-se ao objetivo do estudo, ampliar a discussão dos direitos humanos dentro da educação integral.

Com a verificação dos dados ficou perceptível que as falhas e os problemas encontrados pelos professores dentro da Educação Integral, considerados itens básicos da estrutura escolar, são os mesmos elementos citados por Magendzo (2006). O autor ressaltou que uma boa estrutura física e material, bem como uma preparação adequada ao corpo docente também colaboram para garantir os direitos dos alunos quanto a um ensino de qualidade. Se ferirem esses aspectos, ferem-se os direitos das crianças e dos adolescentes terem acesso a uma educação de qualidade

Outro fator que constatei na pesquisa de campo é a falta de envolvimento da comunidade escolar no projeto da Educação Integral. São poucos os pais que participam ativamente das atividades desenvolvidas pela escola, com isso a escola se sobrecarrega de responsabilidades para atender as necessidades que surgem ao longo do processo educativo.

Este afastamento entre escola e comunidade não deve existir, para o autor Magendzo (2006) a comunidade escolar deve estar permeada pelo espírito de defesa e dos Direitos Humanos, a causa escolar se transforma em causa para toda a sociedade, visto que a educação possui várias dimensões que influenciam o desenvolvimento da sociedade. As dimensões cultural, social e política estão presentes dentro do ambiente escolar e se tornam ferramentas para construção da cidadania pelo aluno que a exerce dentro e fora da escola.

Portanto, ficou clara a necessidade de uma intervenção direta junto aos educadores e a comunidade escolar quanto à disseminação da importância de se trabalhar em parceria para a defesa dos Direitos Humanos dentro da escola. No projeto interventivo é possível avaliar as necessidades mais urgentes da realidade escolar e promover uma ação conjunta de estudo e defesa junto aos órgãos públicos responsáveis frente as dificuldades encontradas na escola.

A proposta interventiva foi composta por momentos de estudos divididos da seguinte maneira:

1º momento- Formação para professores e equipe gestora

Ampliar o conhecimento acerca dos direitos humanos e a educação integral através de debates, reuniões, palestras e seminários ministrados por Coordenadores ou responsáveis pela implantação do projeto da Educação Integral e responsáveis da equipe de Direitos Humanos da Secretaria de Educação do DF. Os encontros poderão acontecer a cada bimestre, e serão realizados na própria escola, ou em espaço cedidos pela Regional de ensino.

2º momento- Formação para pais/responsáveis e comunidade escolar

Favorecer o comprometimento dos pais/responsáveis e comunidade escolar na participação da vida escolar do aluno através de oficinas e projetos desenvolvidos pela coordenação pedagógica e por professores. Os encontros poderão acontecer também uma vez a cada dois meses na própria escola.

Acredito que esta proposta poderá ser o início de um projeto permanente de estudo da escola, pois possibilita maior responsabilização dos envolvidos no processo educativo, a informação poderá disseminar mais consciência entre a comunidade escolar, favorecendo assim a construção de um ambiente educativo melhor para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou ampliar a discussão acerca da valorização dos Direitos Humanos de crianças e Adolescentes dentro da escola integral, para isso busquei opiniões de diversos autores que favorecessem esse diálogo entre Educação Integral e Direitos Humanos e tracei uma proposta de intervenção que conciliasse a realidade escolar ao cenário dos Direitos Humanos. Através do questionário pude proporcionar um momento de reflexão dos professores, onde os mesmos puderam olhar para sua realidade e descrever os problemas enfrentados por eles.

Os objetivos deste trabalho levaram os profissionais da escola a refletirem acerca da violação dos direitos humanos e cidadania, âmbito da Educação Integral. Propôs o debate junto à comunidade escolar, a fim de formular práticas de ensino-aprendizagem que propiciem o desenvolvimento de um sujeito cidadão.

O estudo abriu espaço no cotidiano escolar para repensar sobre os direitos das crianças e dos adolescentes que são atendidos na escola, avaliaram as condições em que acontecem o ensino integral, bem como sugeriram melhorias para a área. Com a proposta de intervenção foi possível elencar as necessidades reais da escola e rever algumas ações coletivas a favor do bem comum.

Este estudo abre margem para que a Educação Integral seja estudada em sua essência, para que os atuais e os futuros projetos lidem com as questões dos direitos das crianças e dos adolescentes. Respeitar os direitos daquele que está construindo sua cidadania é dar chance e promover a igualdade.

Portanto, este trabalho serve de pontapé para um aprofundamento entre Educação Integral e os Direitos das crianças e dos Adolescentes, além das bases legais é possível recorrer a outras instituições que experimentam projetos inovadores, pois acredito que a sala de aula e o ambiente escolar são fontes riquíssimas de conhecimento para a educação. Investir na educação é acreditar num futuro melhor para todos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U.; KLEIN, A. M. Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral. 2006 In: CENPEC
- ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Dez pressupostos da Educação Integral**. <http://porvir.org/10-pressupostos-da-educacao-integral/> acesso em 28/08/2015 às 20:01.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm, acesso em 05/09/2015 às 15:45
- BRASIL, Texto Referência para o Debate Nacional- **Série Mais Educação**- Educação Integral, Brasília, 2009.
- CAVALIERE, A. M. V. **Educação Integral**: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.
- CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. Direitos Humanos e Projeto Político-Pedagógico. In: **Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural**. (Módulo 10). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1155> . Acesso em: 07 de agosto/2015.
- DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.
- Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.
- ESCRIVAO FILHO, A.; SOUSA JUNIOR, J. G.. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos como um projeto de sociedade. In: João Batista Moreira Pinto; Eron Geraldo de Souza. (Org.). **Os Direitos Humanos como um Projeto de Sociedade**: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Jursis, 2014, v. , p. 35-55.
- HORA, D. M. e COELHO, L. M. **Diversificação curricular e Educação Integral**. 2004, p. 1-18. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/136/168>. Acesso em: 04/09/2015 às 19:56
- MAGENDZO, Abraham K. **Educación em derechos humanos**: um desafio para los docentes de hoy. Santiago de Chile: Lom, 2006.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em 08/10/2015 às 18:31.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Escola Parque" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=390>, acesso em 22/10/2015 às 16:30.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDAÇÃO SOCIAL ITAÚ. **Conceito de Educação Integral**. <http://educacaointegral.org.br/conceito/> acesso em 26/08/2015 às 21:19

SOARES, S. L.; PULINO, L. H. C. Z. Pesquisa e Intervenção em Educação em e para os Direitos Humanos: o diálogo crítico e criativo com a realidade. In: **Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural**. (Módulo 12). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1157>. Acesso: 16 de agosto/2015.

SOUSA JUNIOR, J. G. de; SOUSA, N. H. B de. Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. In: **Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural**. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 05 de agosto/2015.

APÊNDICES

A – Questionário aplicado na pesquisa de campo



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da
 Diversidade Cultural

Aluna: Érica Neves de Carvalho

Tutora: Prof^a Telma Regina Lago Costa

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helenice Barroso

Esta pesquisa é um objeto de análise da realidade do ambiente escolar com relação ao tema ***A Educação Integral e os direitos da criança e do adolescente***. Esse tema surgiu ao longo do curso e é base para uma pesquisa de intervenção proposta pela Universidade de Brasília.

Diante a realidade vivida em escolas públicas da região surge a problemática de “Como a educação integral pode garantir os direitos de crianças e adolescentes nos anos iniciais do ensino fundamental?”

Para tanto faz-se necessária a investigação de fatores como: o conceito da educação integral, a relação entre os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e a superação de práticas sociais dentro da escola. Questões como alimentação, acesso a materiais didáticos, envolvimento e participação da família e da comunidade influenciam diretamente o desenvolvimento integral do aluno.

Refletir sobre a qualidade da educação integral é avaliar as políticas propostas e compará-las à realidade vivida nas escolas. O que é proposto no papel e o que se concretiza na vida das crianças deve respeitar os direitos básicos do ser humano e propiciar que o aluno desenvolva sua cidadania.

Questionário de Pesquisa

Favor marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

Perfil do Entrevistado

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

2. Faixa de Idade:

() Até 25 anos () De 25 a 35 anos () De 35 a 45 anos () De 45 a 60 anos

() Acima de 60 anos

3. Último curso que você concluiu:

- ☐ Doutorado ☐ Mestrado ☐ Especialização ☐ Graduação
☐ Magistério
☐ Outros: _____

4. Há quanto tempo você leciona?

- ☐ 1 ano ou menos ☐ De 1 a 3 anos ☐ De 3 a 5 anos ☐ De 5 a 10 anos
☐ De 10 a 15 anos ☐ De 15 a 20 anos ☐ Mais de 20 anos

5. Qual a sua situação trabalhista?

- ☐ Efetivo
☐ Contrato Temporário
☐ CLT
☐ Outros: _____

6. Qual é o seu cargo dentro do ambiente escolar?

- ☐ Diretor ☐ Coordenador ☐ Professor Regente ☐ Supervisor
☐ Orientador ☐ Professor Readaptado, em qual setor atua? _____
☐ Outros: _____

Quanto ao tema de estudo**7. Na sua opinião qual é o conceito de Educação Integral?**

8. Na sua escola existe um projeto de Educação Integral?

- ☐ Sim ☐ Não

9. Na sua escola os Direitos das Crianças e dos Adolescentes são respeitados?

Justifique.

10. Na sua escola existem falhas na estrutura de apoio material e pedagógico, para o funcionamento da Educação Integral? Se sim, quais são?

11. A comunidade escolar e os pais dos alunos se envolvem no projeto da Educação Integral? Justifique.

12. Existe uma equipe pedagógica exclusiva para atender os alunos que participam da Educação Integral?

13. A escola possui material básico para o funcionamento da Educação Integral?

14. Na sua opinião os profissionais envolvidos estão devidamente capacitados para lidar com a Educação Integral?

15. Você acredita na proposta da Educação Integral da sua escola? Justifique.

16. Quais são os pontos que precisam melhorar para que a Educação Integral seja eficaz?

ANEXOS

A – Aceite Institucional

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. Kátia Esteves Evangelista do Centro Educacional Gesner Teixeira, está de acordo com a realização da pesquisa “A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015”, de responsabilidade da pesquisadora Érica Neves de Carvalho, aluna de Especialização no Departamento de Psicologia, programa de pós-graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da Universidade de Brasília, realizado sob orientação de Maria Helenice Barroso.

O estudo envolve a realização de coleta de dados através de preenchimento de questionário e análise das atividades realizadas no ambiente escolar com o auxílio dos professores e agentes de Educação. A pesquisa terá a duração de 6 meses com previsão de início em Novembro/2014 e término em Maio/2015.

Eu, Kátia Esteves Evangelista, diretora do Centro Educacional Gesner Teixeira declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 20 de novembro de 2014 .

Kátia Esteves Evangelista

Nome do(a) responsável pela instituição

Kátia Esteves Evangelista

Centro Educacional Gesner Teixeira

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

B – Ficha de Consentimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015", de responsabilidade de Érica Neves de Carvalho aluno(a) de Especialização da Universidade de Brasília sob orientação da Professora Doutora Maria Helenice Barroso. O objetivo desta pesquisa é Ampliar o debate em torno da Educação Integral como prática educativa capaz de garantir os Direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário subjetivo e análise do cotidiano diário escolar. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

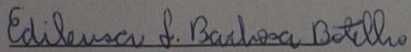
Espera-se com esta pesquisa promover futuramente possíveis momentos de estudo e implantação de projetos que valorizem os Direitos Humanos no ambiente escolar, beneficiando professores, alunos e toda a comunidade escolar.

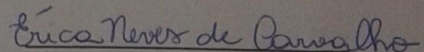
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9143-2989 ou pelo e-mail ericandc@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de cópia do Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 15 de abril de 2015

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015", de responsabilidade de Érica Neves de Carvalho aluno(a) de Especialização da Universidade de Brasília sob orientação da Professora Doutora Maria Helenice Barroso. O objetivo desta pesquisa é Ampliar o debate em torno da Educação Integral como prática educativa capaz de garantir os Direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário subjetivo e análise do cotidiano diário escolar. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

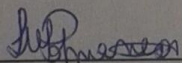
Espera-se com esta pesquisa promover futuramente possíveis momentos de estudo e implantação de projetos que valorizem os Direitos Humanos no ambiente escolar, beneficiando professores, alunos e toda a comunidade escolar.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

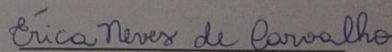
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9143-2989 ou pelo e-mail ericandc@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de cópia do Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).



Assinatura do (a) participante



Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 15 de abril de 2015

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015", de responsabilidade de Érica Neves de Carvalho aluno(a) de Especialização da Universidade de Brasília sob orientação da Professora Doutora Maria Helenice Barroso. O objetivo desta pesquisa é Ampliar o debate em torno da Educação Integral como prática educativa capaz de garantir os Direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário subjetivo e análise do cotidiano diário escolar. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

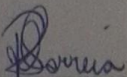
Espera-se com esta pesquisa promover futuramente possíveis momentos de estudo e implantação de projetos que valorizem os Direitos Humanos no ambiente escolar, beneficiando professores, alunos e toda a comunidade escolar.

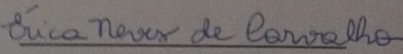
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9143-2989 ou pelo e-mail ericandc@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de cópia do Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 15 de abril de 2015

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "A Educação Integral como garantia de Direitos Humanos e cidadania às crianças e adolescentes do Centro Educacional Gesner Teixeira, Gama-DF, entre 2014 e 2015", de responsabilidade de Érica Neves de Carvalho aluno(a) de Especialização da Universidade de Brasília sob orientação da Professora Doutora Maria Helenice Barroso. O objetivo desta pesquisa é Ampliar o debate em torno da Educação Integral como prática educativa capaz de garantir os Direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário subjetivo e análise do cotidiano diário escolar. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

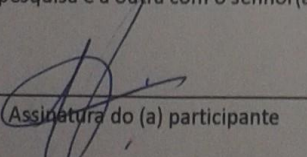
Espera-se com esta pesquisa promover futuramente possíveis momentos de estudo e implantação de projetos que valorizem os Direitos Humanos no ambiente escolar, beneficiando professores, alunos e toda a comunidade escolar.

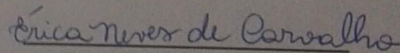
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9143-2989 ou pelo e-mail ericandc@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de cópia do Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 15 de abril de 2015